

ADOLFO BIOY CASARES

Plano de Evasão



«Casares foi sempre o maior especialista em descobrir a irrealidade que está presente nas nossas vidas e a transpô-la para histórias emocionantes que nos ensinam a viver de outra forma.»

Octavio Paz



cavalo de ferro

Para Silvina Ocampo

*Whilst my Physitians by their love are growne
Cosmographers and I their Mapp...*

John Donne, *Hymne to God my God, in my Sicknesse.*

I

27 de Janeiro.

22 de Fevereiro.

A primeira tarde nestas ilhas ainda não acabou e já vi algo tão grave que tenho de te pedir socorro, directamente, sem nenhuma delicadeza. Tentarei explicar-me ordenadamente.

Este é o primeiro parágrafo da primeira carta do meu sobrinho, o tenente da marinha Henrique Nevers. Entre os amigos e os parentes não faltará quem diga que as suas inauditas e pavorosas aventuras parecem justificar este tom alarmista, mas que eles, os «íntimos», sabem que a verdadeira justificação reside no seu carácter pusilânime. Eu encontro naquele parágrafo a proporção de verdade e de erro a que podem aspirar as melhores profecias; além disso, não creio que seja justo definir Nevers como covarde. É certo que ele próprio reconheceu que era um herói totalmente inadequado às catástrofes que lhe aconteciam. Não devemos esquecer quais eram as suas verdadeiras preocupações; nem o extraordinário daquelas catástrofes.

Desde o dia em que parti de Saint-Martin, até hoje, irremediavelmente, como se estivesse a delirar, pensei em Irene, diz Nevers com a sua habitual falta de pudor, e continua:

Também pensei nos amigos, nas noites conversadas num qualquer café da rue Vauban, entre espelhos escuros e na fronteira ilusória da metafísica. Penso na vida que deixei e não sei quem me aborrece mais, se Pierre ou eu próprio.

Pierre é o meu irmão mais velho; como chefe de família, decidiu o afastamento de Henrique; que a responsabilidade recaia sobre ele.

No dia 27 de Janeiro de 1913, o meu sobrinho embarcou no *Nicolas Baudin*, rumo a Caiena. Os melhores momentos da viagem, passou-os com os livros de Júlio Verne, ou com um livro de medicina, *As doenças tropicais ao alcance de todos*, ou a escrever a sua *Adenda à Monografia sobre os juízos de Oléron*¹; os mais ridículos, fugindo de conversas que depois lamentou não ouvir. No porão viajavam uns quarenta deportados; segundo confissão própria, à noite imaginava (primeiro como uma história para esquecer o terrível destino; depois, involuntariamente, com insistência quase molesta) descer ao porão e amotiná-los. *Na colônia não há perigo de recair nessas imaginações*, declara. Confundido pelo espanto de viver numa prisão, não fazia distinções: os guardas, os presidiários, os libertados: tudo o repelia.

No dia 18 de Fevereiro desembarcou em Caiena. Foi recebido pelo ajudante Legrain, um homem andrajoso, *uma espécie de cabeleireiro de campanha, com cabelo louro encaracolado e olhos celestes*. Nevers perguntou-lhe pelo governador.

— Está nas ilhas.

— Vamos vê-lo.

— Está bem — disse suavemente Legrain. — Há tempo para chegar à Governação, tomar alguma coisa e descansar. Até o *Schelcher* sair, não pode ir.

— Quando é que sai?

— No dia 22.

¹ Compilação de decisões de direito marítimo promulgadas no século XIII. [N. dos T.]

Faltavam quatro dias.

Subiram para uma vitória desconjuntada, encapotada, escura. Nevers contemplou, com dificuldade, a cidade. Os habitantes eram negros, ou brancos amarelentos, com camisas demasiado amplas e grandes chapéus de palha; as dos presos, às riscas encarnadas e brancas. As casas eram casebres de madeira, de cor ocre, rosada, verde-garrafa ou azul celeste. Não havia pavimento; por vezes, eram envolvidos por uma escassa poeirada avermelhada. Nevers escreve: *O modesto palácio da Governação deve a sua fama a ter mais de um piso e às madeiras do país, duráveis como pedra, que os jesuítas empregaram na construção. Os insectos perfuradores e a humidade começam a apodrecê-lo.*

Esses dias que passou na capital da colónia penal pareceram-lhe *uma temporada no inferno*. Meditava sobre a sua debilidade, sobre o momento em que, para evitar discussões, consentira ir para Caiena, em afastar-se durante um ano da sua prometida. Temia tudo: desde a doença, o acidente, o incumprimento das funções, que pudesse postergar ou vedar o regresso até uma *inconcebível traição de Irene*. Imaginou-se condenado a essas calamidades por ter permitido, sem resistência, que dispusessem do seu destino. Entre presidiários, libertados e carcereiros, considerava-se um presidiário.

Na véspera de partir para as ilhas, uns senhores Frinziné convidaram-no para jantar. Perguntou a Legrain se podia escusar-se. Legrain disse que eram pessoas «muito sólidas» e que não convinha atrair a sua inimizade. Acrescentou:

— Além do mais, já estão do seu lado. O governador ofendeu toda a boa sociedade de Caiena. É um anarquista.

Procurei uma resposta desdenhosa, brilhante, escreve Nevers. *Como não a consegui encontrar imediatamente, tive de*

agradecer o conselho, entrar naquela política maldosa e ser recebido, às nove em ponto, pelos senhores Frinziné.

Começou a preparar-se muito antes. Compelido pelo temor de que o interrogassem, ou talvez por um diabólico afã pela simetria, estudou o artigo do Larousse sobre as prisões.

Seriam vinte para as nove quando desceu a escadaria do palácio do governo. Atravessou a praça das palmeiras, deteve-se para contemplar o desagradável monumento a Victor Hugues, condescendeu a que um engraxador lhe desse um certo brilho e, contornando o parque botânico, chegou à porta da casa dos Frinziné; era enorme e verde, com paredes largas, de adobe.

Uma porteira cerimoniosa guiou-o por longos corredores, através da destilaria clandestina e, no pórtico de um purpúreo salão atapetado e com incrustações douradas nas paredes, gritou o seu nome. Estavam lá umas vinte pessoas. Nevers recordava muito poucas: os donos da casa — o senhor Filipe, a inominada senhora, e Carlota, a menina de doze ou treze anos — plenamente obesos, baixos, lisos, rosados; um senhor Lambert, que o encurralou contra uma montanha de massa e lhe perguntou se não achava que a coisa mais importante no homem era a dignidade (Nevers compreendeu com alarme que esperava uma resposta; mas outro convidado interveio: «Tem razão a atitude do governador...» Nevers afastou-se. Queria descobrir o «mistério» do governador, mas não queria envolver-se em intrigas. Repetiu a frase do desconhecido, repetiu a frase de Lambert, disse para si próprio «qualquer coisa é símbolo de qualquer coisa» e ficou satisfeito em vão). Recordava também uma senhora Wernaer: rondava-os languidamente e ele aproximou-se para lhe falar. Ficou

imediatamente a conhecer a evolução de Frinziné, rei das minas de ouro da colónia, ainda ontem empregado de limpeza num armazém de bebidas. Soube também que Lambert era comandante das ilhas; que Pedro Castel, o governador, se tinha estabelecido nas ilhas e que enviara o comandante para Caiena. Isto era objectável: Caiena fora sempre a sede da governação. Mas Castel era um subversivo, queria estar sozinho com os presos... A senhora também acusou Castel de escrever e de publicar em prestigiados periódicos associativos, pequenos poemas em prosa.

Passaram para a sala de jantar. À direita de Nevers, sentou-se a senhora Frinziné e à sua esquerda a esposa do presidente do Banco da Guiana; em frente, para lá de quatro cravos que se arqueavam sobre uma floreira alta de vidro azul, Carlota, a filha dos donos da casa. Ao princípio, houve gargalhadas e grande animação. Nevers notou que à sua volta a conversa decaía. Mas, confessa, quando lhe falavam não respondia: tentava lembrar-se do que nessa tarde preparara no Larousse; por fim, superou essa amnésia, o júbilo reflectiu-se em palavras e, com *horrível entusiasmo*, falou do urbano Bentham, autor de *A Defesa da Usura*, e inventor do cálculo hedónico e das prisões panópticas; evocou também o sistema prisional de trabalhos inúteis e a melancolia de Auburn. Julgou notar que algumas pessoas aproveitavam os seus silêncios para mudar de tema; muito depois, ocorreu-lhe que falar de prisões talvez não fosse oportuno naquela reunião; ficou confuso, sem ouvir as poucas palavras que ainda eram ditas, até que, de repente, ouviu nos lábios da senhora Frinziné (*como ouvimos de noite o nosso próprio grito, que nos desperta*) um nome: René Ghill. Nevers «explica»: *Eu, ainda que inconscientemente, conseguia recordar o poeta; que a*

senhora Frinziné o evocasse, era inconcebível. Perguntou-lhe com impertinência:

— A senhora conheceu Ghill?

— Conheço-o muito bem. Não sabe quantas vezes que me teve nos seus joelhos, no café do meu pai, em Marselha. Eu era uma menina...uma senhorita, nessa altura.

Com súbita veneração, Nevers perguntou-lhe o que recordava do poeta da harmonia.

— Eu não me recordo de nada, mas a minha filha pode recitar-nos um verso encantador.

Era preciso agir e Nevers falou imediatamente dos Juízos de Oléron, esse grande *coutoumier* que estabeleceu os direitos do oceano. Tentou inflamar os comensais contra os renegados ou estrangeiros que pretendiam que Ricardo Coração de Leão fosse o autor dos Juízos; também os preveniu contra a candidatura, mais romântica, mas igualmente falaz, de Leonor de Aquitânia². Não, disse-lhes, essas jóias (como os imortais poemas do bardo cego) não eram obra de um génio só; eram o produto dos cidadãos das nossas ilhas, distintos e eficazes como cada partícula de uma aluvião. Recordou por fim o leviano Pardessus e pediu encarecidamente aos presentes que não se deixassem arrastar pela sua heresia, brilhante e perversa. *Uma vez mais, tive de supor que os meus temas interessavam a outras minorias*, confessa, mas sentiu compaixão pelas pessoas que o escutavam e perguntou:

— O governador quererá ajudar-me nas minhas investigações sobre os Juízos?

A pergunta era absurda; *mas aspirava a dar-lhes o pão e o circo, a palavra «governador», para que ficassem felizes.*

² Eleonor de Guienne (1122-1204), duquesa da Aquitânia, rainha de França, primeiro, e de Inglaterra (em segundas núpcias), bem como regente do país e mãe de Ricardo Coração de Leão. [N. dos T.]

Discutiram sobre a cultura de Castel; convieram sobre o seu «encanto pessoal»; Lambert tentou compará-lo com o sábio de um livro que lera: um ancião debilíssimo, com planos para fazer a Ópera Cómica ir pelos ares. A conversa desviou-se para o custo da Ópera Cómica e para quais seriam os maiores teatros, os da Europa ou os da América. A senhora Frinziné disse que os pobres guardas passavam fome por causa do jardim zoológico do governador.

— Se não tivessem os seus galinheiros privados... — insistiu, gritando para que a ouvissem.

Através dos cravos, olhava para Carlota; continuava calada, com os olhos recatadamente pousados no prato.

À meia-noite, saiu para a varanda. Apoiado na balastrada, contemplando vagamente as árvores do Parque Botânico, escuras e mercuriais sob o brilho da lua, recitou poemas de Ghill. Interrompeu-se; julgou captar um leve rumor; disse para si próprio: é o rumor da selva americana; no entanto, parecia um rumor de esquilos ou de macacos; então, viu uma mulher que, do parque, lhe fazia sinais; tentou contemplar as árvores e recitar os poemas de Ghill; ouviu o riso da mulher.

Antes de sair viu, uma vez mais, Carlota. Estava no quarto onde se amontoavam os chapéus dos convidados. Carlota estendeu um braço curto, com a mão fechada; abriu-a; confusamente, Nevers viu um brilho; depois, uma sereia de ouro.

— Dou-ta — disse a menina, com simplicidade.

Nesse momento, entraram alguns senhores. Carlota fechou a mão.

Nessa noite, não dormiu; pensava em Irene e aparecia-lhe Carlota, obscena e fatídica; teve de prometer a si próprio que nunca iria para as ilhas da Salvação; que voltaria para Re no primeiro barco.

No dia 22 embarcou no ferrugento *Schelcher*. Entre senhoras negras, pálidas, enjoadas, e grandes gaiolas de frangos, ainda doente do jantar da véspera, fez a viagem para as ilhas. Perguntou a um marinheiro se não havia outro meio de comunicação entre as ilhas e Caiena.

— Num domingo, o *Schelcher*; no outro, o *Rimbaud*. Mas os da administração não se podem queixar, com a sua lancha...

Tudo foi agoirento desde que saí de Re, escreve, *mas ao ver as ilhas senti um repentino desconsolo*. Imaginara muitas vezes a chegada; ao chegar, sentiu que se perdiam todas as esperanças; já não haveria milagre, já não haveria calamidade que o impedisse de ocupar o seu posto na prisão. Depois, reconhece que o aspecto das ilhas não é desagradável. Mais ainda: com as palmeiras altas e as rochas, eram a imagem das ilhas que tinha sempre sonhado, com Irene; no entanto, repeliam-no irresistivelmente e, na sua memória, o nosso miserável casario de Saint-Martin parecia-lhe iluminado.

Às três da tarde chegou à ilha Royale. Anota: *No molhe, estava à minha espera um judeu moreno, um tal Dreyfus*. Nevers trata-o imediatamente por «senhor governador». Um guarda sussurra-lhe ao ouvido:

— Não é o governador; é Dreyfus, o libertado.

Dreyfus não deve ter ouvido porque disse que o governador estava ausente. Conduziu-o ao seu departamento da administração; não tinha o romântico (mas decadente) esplendor do palácio de Caiena; era habitável.

— Estou às suas ordens — afirmou Dreyfus enquanto abria as malas. — O meu destino é atender o senhor governador bem como a si, meu tenente. Ordene o que lhe aprover.

Era um homem de estatura mediana, tez esverdeada, olhos muito pequenos e brilhantes. Falava sem se mexer,

com uma suavidade total. Ao escutar, semicerrava os olhos e esticava ligeiramente a boca: *na sua expressão há um evidente sarcasmo, uma reprimida sagacidade.*

— Onde está o governador?

— Na ilha do Diabo.

— Iremos para lá.

— Impossível, meu tenente. O senhor governador proibiu a entrada na ilha.

— E você proíbe-me de sair para caminhar? A frase era débil. Todavia, Nevers saiu batendo fortemente com a porta. Dreyfus apareceu imediatamente ao seu lado. Perguntou se podia acompanhá-lo *e sorriu com uma doçura asquerosa.* Nevers não lhe respondeu; caminharam juntos. *A ilha não é um lugar ameno; por todo o lado, o horror de ver presidiários, de se mostrar livre entre presidiários.*

— O governador esperava-o ansiosamente — disse Dreyfus. — Estou certo de que irá visitá-lo ainda esta noite.

Nevers julgou captar alguma ironia. Interroga-se: é simplesmente uma maneira de falar ou a sua perspicácia de judeu revelou-lhe que eu amaldiçoava o governador? Dreyfus elogiou o governador, congratulou-se pela felicidade de Nevers (passar alguns anos à sombra de um chefe tão sábio e afável) e pela sua própria felicidade.

— Espero que não sejam anos — disse Nevers com audácia e corrigiu: — Espero não ter de caminhar consigo durante anos.

Chegou a umas grandes rochas na costa. Contemplou a ilha de São José (em frente) e a ilha do Diabo (entre as ondas, mais longe). Julgava estar sozinho. De repente, Dreyfus falou-lhe no seu tom mais suave. Sentiu a vertigem e o medo de cair ao mar.

— Sou apenas eu.

Dreyfus continuou:

— Vou-me embora, meu tenente. Mas tenha cuidado. É fácil escorregar no musgo das rochas e os tubarões estão a observá-lo debaixo de água.

Continuou a contemplar as ilhas (com mais cuidado, dissimulando que o fazia com mais cuidado).

Então, quando ficou só, fez a atroz descoberta. Julgou ver enormes serpentes entre a vegetação da ilha do Diabo; mas, esquecido do perigo que o espreitava no mar, deu alguns passos e viu em pleno dia, como Crawley na noite astrológica do lago Neagh, ou como o pele-vermelha no lago de Los Horcones, um esverdeado animal antediluviano; absorto, caminhou em direcção a outras rochas; *a nefasta verdade* revelou-se: a ilha do Diabo estava «camuflada». Uma casa, um pátio de cimento, algumas rochas, um pequeno pavilhão, estavam «camuflados».

O que significa isto? escreve Nevers, Que o governador é um perseguido? Um louco? Ou significa guerra? Acreditava na hipótese da guerra: pediria a sua transferência para um navio. Ou passarei aqui toda a guerra, longe de Irene? Ou serei um desertor? Acrescenta num post scriptum: Cheguei há oito horas. Ainda não vi Castel. Não pude interpelá-lo sobre estas camuflagens, não pude ouvir as suas mentiras.

II

23 de Fevereiro.

Nevers percorreu as ilhas Royale e São José (na sua carta de 23, diz-me: *Ainda não arranjei uma desculpa para me apresentar na ilha do Diabo*).

As ilhas Royale e São José não terão mais de três quilómetros quadrados cada uma; a ilha do Diabo é um pouco

menor. Segundo Dreyfus, havia, ao todo, uns setecentos e cinquenta habitantes: cinco na ilha do Diabo (o governador, o secretário do governador e três presos políticos), quatrocentos na ilha Royale, um pouco mais de trezentos e quarenta na de São José. As principais construções estão na ilha Royale; a administração, o farol, o hospital, as oficinas e depósitos, o «barracão colorido». Na ilha São José há um acampamento rodeado por um muro e um edifício — «o castelo» — composto por três pavilhões: dois para condenados à reclusão solitária e um para loucos. Na ilha do Diabo há um edifício com açoteias, que parece novo, algumas cabanas com tecto de palha e uma torre decrépita.

Os presidiários não são obrigados a executar nenhum trabalho; vagueiam quase todo o dia livremente pelas ilhas (com excepção dos reclusos no «castelo», que nunca saem). Viu os reclusos: *em celas diminutas, molhadas, solitárias, com um banco e um trapo, ouvindo o barulho do mar e a incessante gritaria dos loucos, extenuando-se para escrever com as unhas um nome, um número, nas paredes, já imbecis*. Viu os loucos: *nus, entre restos de legumes, a uivarem*.

Voltou à ilha Royale; percorreu o barracão colorido. Tinha fama de ser o lugar mais corrupto e sangrento da colónia. Os carcereiros e os presidiários esperavam a sua visita. Estava tudo em ordem, *numa sujidade e miséria inolvidáveis*, comenta Nevers com desaforado sentimentalismo.

Tremeu ao entrar no hospital. Era um sítio *quase agradável*. Viu menos doentes do que no «castelo» e no barracão colorido. Perguntou pelo médico.

— Médico? Há que tempos que não temos — disse um carcereiro. — O governador e o secretário tratam dos doentes.

Ainda que consiga apenas a inimizade do governador, escreve, tentarei ajudar os presidiários. Depois ensaia esta obscura reflexão: *ao agir assim, irei tornar-me cúmplice da existência de prisões.* Acrescenta que evitará tudo o que possa adiar o seu regresso a França.

III

O governador permanecia na ilha do Diabo, ocupado em trabalhos misteriosos que Dreyfus ignorava ou dizia ignorar. Nevers resolveu descobrir se ocultavam algum perigo. Teria de agir com muita cautela; para se aproximar da ilha, o pretexto de levar alimentos ou correspondência não era válido; é verdade que havia uma lancha e mais de um bote; mas também havia um teleférico e uma ordem para que fosse usado. Dreyfus disse que utilizavam esse aparelho (no qual não cabe um homem) porque, à volta da ilha do Diabo, o mar costumava estar bravo. Olharam para ele: estava calmo. Então Dreyfus perguntou-lhe se achava que o teleférico havia sido instalado por ordem de Castel.

— O aparelho estava montado quando vim para cá — acrescentou. — Infelizmente, ainda faltavam muitos anos para que o senhor Castel fosse nomeado governador.

— E quem é que vive na ilha? — perguntou Nevers (distráido: Dreyfus disse-lhe isso no dia 23).

— O governador, o senhor De Brinon e três presos políticos. Havia outro, mas o senhor governador passou-o para o barracão colorido.

Isto (pôr um preso político entre os presos comuns) devia ter causado uma indignação muito franca e generalizada; tão generalizada que Nevers a descobriu nas palavras daquele *fanático sequaz do governador*. O próprio Nevers

A ilha-prisão onde Henrique Nevers desembarca um dia para ali exercer o cargo de administrador assemelha-se a um estranho purgatório que parece conduzir a um ainda mais estranho inferno. Mas porque desembarcou ele aqui? Que secretos acontecimentos o empurraram para esta decisão, abandonando a mulher que ama? A sua existência nesta penitenciária não será apenas a imagem de uma outra existência? E que pretende verdadeiramente Castel, o todo-poderoso e maquiavélico governador desta ilha do diabo, com quem, desde o primeiro dia, trava um involuntário duelo mental? Que experiências leva a cabo e qual o seu plano secreto para os prisioneiros? A revelação final, entrevista através de vislumbres parciais e mortes furtivas, lança uma inesperada luz sobre o insólito destino de todas as personagens.

«Um brilhante e elegante exercício literário e de inteligência.»
Público, Ípsilon

ISBN 978-989-623-246-7
9 789896 232467



cavalo de ferro